



**ACÓRDÃO Nº1176/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11933/2020.**
- 2- **Assunto:** Tomada de Contas Especial.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social – MARAAPREV.
- 4- **Responsável:** Benedito de Oliveira Júnior (Ordenador de Despesa).
- 5- **Exercício:** 2019
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4195/2021-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social – MARAAPREV. Exercício de 2019.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Recomendação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos d do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel o Sr. Benedito de Oliveira Júnior**, Diretor Executivo e Ordenador de Despesas do MARAAPREV, no exercício de 2019, com fulcro no art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, por não apresentar razões de defesa no prazo regimental, deixando de atender à notificação desta Corte de Contas;
- 10.2. **Julgar irregular a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Previdência de Marã - MARAAPREV**, referente ao exercício de 2019, tendo como responsável o **Sr. Benedito de Oliveira Júnior**, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, c/c o art. 11, III, “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das irregularidades citadas na fundamentação do Relatório/Voto;
- 10.3. **Aplicar Multa ao Sr. Benedito de Oliveira Júnior**, Diretor Executivo e Ordenador de Despesas do MARAAPREV, no exercício de 2019, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), nos casos praticados com grave infração à norma legal ou



**ACÓRDÃO Nº1176/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, da fundamentação do Relatório/Voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Recomendar** ao Fundo de Previdência Social – MARAAPREV que:

- 10.4.1.** Coordene junto ao Prefeito a revisão da lei previdenciária do município para fixar prazo para recolhimento das contribuições previdenciárias, em cumprimento aos arts. 5º, inciso II e 37, da CF/88; (item 1, da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.4.2.** Adote as medidas administrativas e, se necessário, judiciais para que o município efetue o repasse regular das contribuições previdenciárias, conforme a Lei Municipal de Marã nº 10/2009; (item 2, da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.4.3.** Adote as medidas necessárias junto ao prefeito para que o Fundo funcione com todas as instâncias colegiadas fixadas na Lei Previdenciária do Município nº 10/2009; (item 3, da fundamentação do Relatório/Voto);
- 10.4.4.** Adote as medidas necessárias para que as demonstrações contábeis e a demonstração das mutações do patrimônio líquido venham acompanhadas das notas explicativas, em cumprimento ao art. 1º, da Resolução nº 03/2013-TCE/AM,



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº1176/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

com fundamento no art. 11, caput, da Portaria STN nº 634/2013; (item 4, da fundamentação do Relatório/Voto);

**10.4.5.** Adote as medidas administrativas necessárias para que os servidores efetivos do poder legislativo sejam segurados pelo regime de previdência dos servidores do município, em cumprimento à Lei Municipal nº 10/2009; (item 5, da fundamentação do Relatório/Voto);

**10.4.6.** Adote as medidas administrativas necessárias para que o fundo de previdência funcione com a estrutura organizacional prevista na Lei Municipal de Marã nº 10/2009; (item 6, da fundamentação do Relatório/Voto);

**10.4.7.** Adote as medidas necessárias para que o fundo de previdência efetue o controle de seus bens móveis e imóveis na forma do art. 94, da Lei nº 4320/1964. (item 7, da fundamentação do Relatório/Voto).

**10.5. Determinar** o encaminhamento de cópia reprográfica dos autos ao **Ministério Público Estadual**, nos termos do art. 190, inciso III, alínea b da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis.

**11- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Novembro de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

**13.1. Declaração de Impedimento:**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral